



TERMO DE REFERÊNCIA 001/2026

Informações Básicas

Número do Processo: 41767/2026

Unidade: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação – Diretoria Executiva de Regularização Fundiária

Editado por: Andréia Dalla Costa Bernardi

Data: 25/05/2026

Outras informações

Categoria: Compra/Aquisição, inclusive por encomenda

Solicitação Compra/Contratação: 373/2026

Processo Administrativo: 41767/2026

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Aquisição de veículo automotor descaracterizado, de apoio operacional, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMA T	NATUREZA DA DESPESA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDAD E
1	Caminhonete descaracterizada 4x4, cabine dupla, de apoio operacional	449533	4.4.90.00	unidade	1
TOTAL					1

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme estabelecem o Decreto nº 12.840, de 25 de janeiro de 2023 e a Instrução Normativa nº 68/CGM/SEGOV, de 13 de dezembro de 2023.

1.3. O bem objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Havendo divergências entre o Termo de Referência e o Estudo Técnico Preliminar, prevalecerá o estabelecido no Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme



detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 83102277000152-0-000001/2024
- II) Data de publicação no PNCP: 17/01/2025
- III) Id do item no PCA: 1887
- IV) Classe/Grupo: 2320 - VEÍCULOS
- V) Identificador da Futura Contratação: -----

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A descrição dos requisitos da contratação como um todo encontra-se pormenorizada no tópico 5 do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência, e ainda:

Sustentabilidade:

4.2. Considerando todas as fases do ciclo de vida do produto, o fornecedor deverá observar os requisitos de sustentabilidade estabelecidos neste TR, no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União e, demais normas aplicáveis, entre elas, no que se refere a produção sustentável:

- I. Utilização de bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- II. Utilização de bens, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- III. Utilização de bens que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- IV. Deverão ser observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.3. Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, nº 272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlata.

4.4. Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar



por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes”

4.5. Só será admitida a oferta de veículo que possua eficiência energética equivalente a um veículo com a Etiqueta da categoria D ou superior, do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular).

Adaptações e Manutenção da Garantia do Veículo

4.6. Visando resguardar a integridade e a garantia de fábrica do veículo adquirido, todas as adaptações e instalações de acessórios descritas no Anexo A deste Termo de Referência (guincho elétrico e snorkel – admissão elevada de ar) deverão ser executadas por concessionária autorizada ou oficina expressamente credenciada/homologada pelo fabricante da marca do veículo fornecido.

4.7. O licitante vencedor deverá assegurar que o veículo seja entregue com a garantia de fábrica plenamente ativa e válida por todo o período ofertado.

4.8. Caso ocorra eventual perda ou restrição parcial da garantia de fábrica do veículo decorrente comprovadamente dos serviços de instalação ou do funcionamento dos acessórios adaptados, a empresa contratada assumirá de forma direta, exclusiva e integral a responsabilidade pela assistência técnica, substituição de peças e reparos do veículo, nos exatos termos, prazos e condições previstos na garantia original do fabricante (Garantia Espelho), sem qualquer ônus adicional para o Município de Itajaí.

Subcontratação

4.9. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.9.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em fornecimento de veículo automotor.

4.9.2. A subcontratação fica limitada aos serviços acessórios, tais como adaptações e instalação de guincho elétrico e snorkel.

4.10. É admitida a subcontratação, por meio de serviços especializados de manutenção e homologados pelo fabricante, desde que mantidas inalteradas todas as condições originais de garantia.

4.11. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega do bem é de 120 (cento e vinte) dias, contados da assinatura do contrato, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de



prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. O bem deverá ser entregue na Rua Alberto Werner, 100 – Vila Operária – Itajaí – SC.

5.4. O veículo deverá ser entregue abastecido na totalidade ("tanque cheio").

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. A assistência técnica e a garantia técnica do bem, complementar à garantia legal, observarão as condições estabelecidas nos tópicos 5 e 8 do ETP.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre a Administração Pública e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. A Administração Pública poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Administração Pública poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização da Execução

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração Municipal.

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que



demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato na data aprazada, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Contratual

6.8. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o



aprimoramento das atividades da Administração.

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1. Após a entrega do veículo no local indicado pela CONTRATANTE, o fiscal da Execução receberá e efetuará vistoria para verificar se houve danos no transporte do veículo e se o veículo está emplacado.

7.2. O veículo será recebido provisoriamente pela contratada, junto com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.3. O veículo será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.4. O veículo poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.5. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segura segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Recebimento do Objeto

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.9. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de



prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o valor a pagar; e
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital e identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados da finalização da



liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicadas pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. **Pessoa Física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

8.4. **Empresário Individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.5. **Microempreendedor Individual (MEI):** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

8.6. **Sociedade Empresária, Sociedade Limitada Unipessoal (SLU)** ou sociedade identificada como **Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI):** inscrição do ato constitutivo,



estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.7. **Sociedade Empresária Estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.8. **Sociedade Simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. **Sociedade Cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. **Agricultor Familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.12. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009, artigos. 17 a 19 e 165.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante apresentação de certidão expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, referente a todos os créditos tributários estaduais e à



Dívida Ativa do Estado (DAE).

8.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante apresentação de certidão expedida pelas Secretarias Municipais da Fazenda, do município de Itajaí e do domicílio ou sede do fornecedor, referente a todos os créditos tributários municipais e à Dívida Ativa do Município (DAM).

8.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples.

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, conforme previsto no art. 69, caput, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

8.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, comprovando:

8.25.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

8.25.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.25.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.25.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD) ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

8.25.5. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 2% do valor total estimado da contratação pelo órgão gerenciador.



8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, nos termos do art. 65, §1º da Lei nº 14.133/2021.

8.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.28. Comprovação de aptidão para o fornecimento de automóveis customizados com admissão elevada de ar (snorkel) e guincho elétrico, com potência mínima de 110 CV, mediante apresentação de pelo menos 1 (um) atestado ou certidão emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

8.28.1. É possível que essa comprovação se dê pela somatória de atestados de contratos executados realizados concomitantemente, pois da mesma forma revelam a capacidade operacional da empresa.

8.28.2. Será admitida, para fins de comprovação, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante, considerando-se, para esse fim, fornecimentos ocorridos em um intervalo máximo de 12 meses.

8.28.3. O (s) atestado (s) de capacidade técnica poderá (ão) ser apresentado (s) em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.28.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.29. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.29.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos artigos. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.29.2. A Declaração de Regularidade de Situação do Contribuinte Individual (DRSCI), para cada um dos cooperados sindicados;

8.29.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.29.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.29.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.29.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação;

b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;



- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
 - d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
 - e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
 - f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- 8.29.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Valor (R\$): 339.529,33 (trezentos e trinta e nove mil, quinhentos e vinte nove reais, trinta e três centavos)

- 9.1. O custo estimado total da contratação foi obtido por meio de pesquisa de preços realizada em conformidade com a legislação vigente.
- 9.2. O valor estimado foi definido com base na mediana dos preços apurados na pesquisa de mercado, realizada mediante coleta de orçamentos junto a fornecedores do ramo pertinente ao objeto, conforme metodologia de formação de preços adotada pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 9.3. O preço contratado poderá ser alterado ou atualizado em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 9.3.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;
 - 9.3.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
 - 9.3.3. O preço contratado será reajustado, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
 - 9.3.4. Poderá ser repactuado, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
- 9.4. Todos os licitantes deverão em sua proposta considerar os tributos compatíveis, sendo a retenção do imposto realizada conforme alíquota real aplicada ao Estado de Santa Catarina.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na dotação orçamentária nº 1.31000.31031.16.482.101.2.39.415.4.4.90.00.00 – Fonte de Recurso 1 – Recursos Ordinários.
- 10.2. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários está juntada aos autos, nos termos do art. 17 da Instrução Normativa nº 68/CGM/SEGOV/2023.

**Itajaí**
PREFEITURASecretaria de Desenvolvimento
Urbano e Habitação

10.3. Em caso de pagamento em exercícios financeiros subsequentes, a dotação será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. De acordo com o disposto na Lei nº 14.133/2021 e Instrução Normativa nº 68/CGM/SEGOV/2023.

12. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

12.1. Gestor do contrato:

Nome: João Paulo Kowalsky
Cargo: Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Matrícula: 2114204
E-mail: joao.kowalsky@itajai.sc.gov.br

12.2. Fiscal Administrativo do contrato:

Nome: Andréia Dalla Costa Bernardi
Cargo: Técnica em Atividades Administrativas
Matrícula: 156601
E-mail: andreia@itajai.sc.gov.br

12.3. Fiscal Técnico do contrato:

Nome: Dante de Miranda Gervasi
Cargo: Diretor Executivo de Regularização Fundiária
Matrícula: 2687401
E-mail: dante.gervasi@itajai.sc.gov.br

13. RESPONSÁVEIS E ASSINATURAS

13.1. As assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília.

Itajaí, 26 de maio de 2026.

Assinado de forma digital por
JOAO PAULO
KOWALSKY:03572164907
Dados: 2026.05.27 18:14:06 -03'00'

JOÃO PAULO KOWALSKY

Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação



Itajaí
PREFEITURA

Secretaria de Desenvolvimento
Urbano e Habitação

DANTE DE MIRANDA GERVASI
Diretor Executivo de Regularização Fundiária



Documento assinado digitalmente
ANDREIA DALLA COSTA BERNARDI
Data: 27/05/2026 17:04:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ANDRÉIA DALLA COSTA BERNARDI
Matrícula: 156601



Itajaí
PREFEITURA

Secretaria de Desenvolvimento
Urbano e Habitação

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO “A”



ANEXO "A" DO TERMO DE REFERÊNCIA

ITEM 1 - CAMINHONETE DESCARACTERIZADA DE APOIO OPERACIONAL¹

1. VEÍCULO BÁSICO

1.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS

1.1.1. Veículo automotor, tipo caminhonete cabine dupla, montado sobre chassi de longarinas, equipado com sistema de tração 4x4 permanente ou em tempo parcial, zero-quilômetro de fábrica, carroceria original de fábrica, em cor sólida branca, sob responsabilidade da empresa fornecedora (Portaria nº 30/2004-INMETRO).

1.1.1.1. O veículo deverá atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes.

1.1.2. Ano modelo igual ou posterior à data do pregão.

1.1.3. Quatro portas laterais e uma tampa traseira com abertura vertical para baixo.

1.1.4. Vidros móveis com abertura total nas portas dianteiras e traseiras.

1.1.4.1 Caso a máquina do vidro traseiro seja adaptada para possibilitar abertura total, esta deverá possuir garantia mínima igual à do veículo.

1.1.5. Limpador com temporizador e lavador elétrico do para-brisa dianteiro.

1.1.6. Espelhos retrovisores esquerdo e direito externos com comando interno elétrico.

1.1.7. Indicador gradual do nível de combustível.

1.1.8. Indicador gradual de temperatura de motor.

1.1.9. Grade protetora do motor/cárter, devidamente fixada na parte inferior externa do motor, que não cause interferência no sistema de absorção de impactos no conjunto motor/transmissão.

1.1.10. Ar-condicionado de fábrica integrado frio/quente com desembaçador do para-brisa.

1.1.11. Sensor de estacionamento e câmera de ré, original da linha de produção do veículo ou por adaptadora homologada.

1.1.12. Demais equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN e em conformidade com o PROCONVE.

1.2. DESEMPENHO

1.2.1. O sistema de arrefecimento e de lubrificação do motor deve ser compatível com a exigência da

¹ Descrição baseada no item 3 do PE 21/2023 realizado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública/Polícia Rodoviária Federal, homologado em 06/12/2023. Disponível em: https://comprasnet.gov.br/ConsultaLicitacoes/download/download_editais_detalhe.asp?coduasg=200109&modprp=5&numprp=212023



atividade operacional de segurança pública, para suportar condições severas de uso.

1.2.2. A suspensão deve ser compatível com a exigência da atividade operacional de segurança pública, para suportar condições severas de uso.

1.2.3. Sistemas de propulsão eficientes, de forma a otimizar os recursos destinados ao custeio do INIS, devendo possuir Classificação no Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV) igual ou superior à D, na comparação relativa da categoria, considerando as classificações de eficiência energética constantes na Portaria Inmetro nº 377/2011, ou substitutiva, disponível no link http://www.inmetro.gov.br/consumidor/tabelas_pbe_veicular.asp.

1.2.4. Sistema de transmissão automática com opção, no mínimo, de trocas manuais através da alavanca seletora.

1.2.4.1. O sistema de transmissão, considerando seu sistema de arrefecimento e lubrificação, deve ser compatível com a exigência da atividade operacional de segurança pública, para suportar condições severas de uso.

1.2.5. Relação peso/potência menor ou igual a 11 kg/cv (tolerância de 5%).

1.2.6. Velocidade máxima não inferior a 165km/h.

1.2.7. Sistema de tração 4x4 em tempo parcial, com acionamento por meio de seletor eletrônico interno, sendo permitido o sistema de tração integral permanente.

1.2.8. Tacômetro (conta-giros do motor).

1.2.9. O veículo deve possuir direção assistida, podendo ser elétrica, hidráulica, eletro hidráulica, ou similar, original de fábrica.

1.2.10. Capacidade de transpor terreno alagado de, no mínimo, 300 mm de lâmina da água, assim como seu sistema elétrico e seu trem de força devem estar preparados para tal transposição.

1.3. SEGURANÇA

1.3.1. Freio a disco nas rodas dianteiras e freio a disco ou tambor nas rodas traseiras, com sistema antitravamento (ABS com gerenciamento eletrônico) integral das rodas, distribuição eletrônica da força de frenagem (EBD).

1.3.2. Controle eletrônico de estabilidade (ESP) e tração (TCS).

1.3.3. Controle automático de descida (HDC) e assistente de par da em rampas (HSA).

1.3.4. Controle de Bloqueio do Diferencial: EDL (ELECTRONIC DIFFERENTIAL LOCK) ou EDLC (ELECTRONIC DIFFERENTIAL LOCK CONTROL)

1.3.5. Cintos de segurança para todos os passageiros, considerando sua lotação completa, sendo todos retráteis de três pontos.

1.3.6. Sistema de retenção suplementar de série (airbags) composto, no mínimo, por bolsas frontais e bolsas laterais.

1.3.7. Bancos dianteiros individuais com regulagem longitudinal de distância e de inclinação dos encostos, com apoios para cabeça ajustáveis em altura e com regulagem de altura do assento para o



banco do motorista.

1.3.8. Banco traseiro com apoios para cabeça ajustáveis em altura, integrados ou acoplados ao banco.

1.3.9. Faróis auxiliares de neblina originais de fábrica, admitindo-se adaptação por empresa autorizada pelo fabricante, desde que tal item não exista como original de fábrica em outra versão do veículo.

1.4. RODAS E PNEUS

1.4.1. Rodas de aço ou em liga leve e de medidas compatíveis com o pneu utilizado, montadas com pneus idênticos aos do veículo original de fábrica, inclusive índices de velocidade e carga suportada.

1.4.1.1. As rodas devem proporcionar a instalação de pneus com altura lateral mínima de 60% da banda de rodagem.

1.4.2. Tipo de pneu All-Terrain deve ser capaz de:

- a) suportar o peso do veículo e resistir às sobrecargas dinâmicas produzidas em aceleração e frenagem, pavimentação precária e buracos;
- b) transmitir a potência útil do motor, os esforços em curva, na aceleração e na frenagem;
- c) rodar regularmente, de forma segura, proporcionando uma condução do veículo com precisão, em grande variedade de solos e condições climáticas.

1.4.2.1. Os pneus devem possuir classificação no Programa Brasileiro de Etiquetagem do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) igual ou superior a "C", para os itens "resistência ao rolamento" e "aderência em pista molhada", de acordo com a Portaria Inmetro nº 544/2012, ou sua substitutiva.

1.4.3. Roda e pneu do estepe em medidas e modelo iguais ao conjunto rodante em operação, considerando que não pode haver restrições de distância e velocidade em caso de necessidade de substituição.

1.5. DIMENSÕES

1.5.1. Capacidade para transporte de cinco passageiros, incluindo o motorista, sendo os bancos dianteiros individuais.

1.5.2. Capacidade total de carga, mínimo de 1000 kg, incluindo motorista e passageiros.

1.5.3. Caçamba original, com capacidade volumétrica mínima de 1.000 litros.

1.5.4. Capacidade mínima do tanque de 70 (setenta) litros de combustível, com autonomia mínima de 744 quilômetros.

1.5.5. Dimensões externas:

- a) comprimento mínimo de 5.100 mm;
- b) distância entre eixos mínima de 2989mm;
- c) largura mínima de 1.744mm; e
- d) altura mínima de 1.759 mm.

1.5.6. Ângulo de entrada mínimo de 25°, e ângulo de saída mínimo de 20°, considerando o veículo



original de fábrica, sem a inclusão das adaptações.

1.5.7. Balanço traseiro máximo de 1.440mm (tolerância de 2%), considerando o veículo original de fábrica, sem a inclusão das adaptações.

1.5.8. Suspensão original de fábrica, com altura livre mínima de 200 mm do solo (tolerância de 5%), considerando o veículo original de fábrica sem adaptações e vazio.

2. ADAPTAÇÕES, EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS ESPECÍFICOS

2.1. SISTEMA ELÉTRICO

2.1.1. Sistema elétrico de 12V compatível com os serviços a serem realizados pela Guarda Municipal Ambiental do INIS, contemplando, no mínimo, alternador e bateria, chicotes elétricos, caixa de fusíveis e outros dispositivos de proteção ou comutação dimensionados para a demanda de energia solicitada.

2.1.1.1. A bateria deverá estar fixada em compartimento específico e deverá ser projetada para suportar possíveis vazamentos e vibrações extremas. Caso necessário, poderá ser utilizada uma bateria extra, a ser instalada em local apropriado.

2.1.2. Mínimo de duas tomadas no cockpit, sendo uma tomada 12V, com tampa, e outra USB com alimentação constante.

2.1.3. Mínimo de 4 pontos de iluminação interna sobre as posições das cabeças dos ocupantes, com opção de controle independente na luminária, de modo a impedir ou permitir o acendimento automático quando da abertura das portas.

2.1.4. Trava elétrica de fechamento e abertura de todas as portas através de controle remoto.

2.1.5. As quatro portas sempre devem ser abertas pelo lado de dentro com um único movimento da alavanca de abertura. Mesmo que isso signifique que as portas não travem automaticamente.

2.1.6. Caso o veículo não possua luz diurna (DRL), deve haver uma posição na chave seletora de faróis em que os faróis baixos permaneçam ligados enquanto o motor es ver ligado, e que se desliguem juntamente com o veículo.

2.1.7. É necessário que os faróis sejam desligados manualmente quando desejado com o veículo ligado.

2.1.7.1. Caso o veículo possua iluminação diurna original de fábrica (DRL), esta deverá ser desligada juntamente ao farol.

2.1.8. Sempre que houver faróis auxiliares, estes devem desligar-se quando a ignição do veículo for desligada.

2.1.9. Terceira luz de freio (brake light).

2.2. DIVERSOS

2.2.1. Piso (motorista e passageiros), contendo conjunto de tapetes emborrachados.

2.2.2. Tampa de combustível contendo indicação clara sobre o tipo de combustível utilizado para



evitar o abastecimento errado do veículo.

2.2.3. Equipamento de som com as características mínimas: Sintonia de estações de rádio AM e FM e conectividade através de tecnologia Bluetooth para reprodução de mídias e chamadas telefônicas. No mínimo 4 alto-falantes distribuídos no veículo.

2.2.4. Conjunto de cabos paralelos para transmissão de 300A de corrente entre baterias automotivas, emborrachados, com garras tipo jacaré revestidas por material isolante, e comprimento mínimo de 3 metros com diâmetro do condutor de cobre com 12 milímetros.

2.3. CARACTERÍSTICAS EXCLUSIVAS DO VEÍCULO

2.3.1. Dispositivo de tração (guincho elétrico automotivo) instalado na parte frontal do veículo contendo as seguintes características mínimas: alimentação/tensão 12v, capacidade de arrasto 4.100kg, arrasto horizontal, motor reversível e a prova d'água, controle remoto com e sem fio, cabo de aço ou material equivalente com capacidade compatível com a carga especificada e com 30 metros de extensão e gancho, proteção contra superaquecimento, freio de retenção de carga automático e capa protetora em material impermeável.

2.3.1.1. Equipamento deve atender as especificações exigidas pelo CONTRAN e estar em conformidade com o PROCONVE.

2.3.1.2. A instalação deverá ser realizada pelo fabricante ou empresa por ele autorizada.

2.3.2. Sistema de admissão elevada de ar (snorkel) produzido em polietileno linear de média/alta densidade, com proteção UV ou fibra de vidro laminada. O duto para elevar a entrada de ar deve ser em altura superior à do nível dos pneus e o acessório deve possuir vedação total – de todas as conexões e pontos em que possa ocorrer entrada de água no motor.

2.3.2.1. A instalação do snorkel não deve interferir no funcionamento do motor e deve ser selada com selante, adequado ao tipo produzido, para impedir a entrada de água e deverá ser realizada pelo fabricante ou empresa por ele autorizada.

2.3.3. Engate removível para reboque traseiro com as devidas ligações elétricas e de acordo com a Resolução nº 937/2022 do CONTRAN que regulamenta o dispositivo de acoplamento mecânico para reboques utilizados em veículos com PBT de até 3.500kg com capacidade de tração igual ou superior a 1.500kg.

2.3.4. Barra de proteção em caso de capotamento (Santo Antônio) em aço na cor preta semibrilhante, e grade do vidro traseiro na cor preta semibrilhante com proteção até o teto do veículo, ambos conforme a especificação e material recomendado pelo fabricante do veículo.

2.3.5. Estribos laterais na cor preta, formado por 02 (duas) peças construídas em perfil de aço extrudado, contendo uma chapa metálica antiderrapante na parte superior, que deverão ser instaladas sob as portas laterais do veículo, ocupando todo o espaço entre as caixas das rodas dianteiras e traseiras.

2.3.5.1. Os estribos deverão se projetar lateralmente, no mínimo, 50mm além do alinhamento das



Itajaí
PREFEITURA

Secretaria de Desenvolvimento
Urbano e Habitação

caixas de roda.

2.3.5.2. A fixação das peças deverá ser feita no chassi do veículo, devendo suportar até 160Kg em cada uma das peças mantendo o vão livre do solo de no mínimo 190mm.

2.3.6. Proteção da caçamba com revestimento em poliuretano automotivo, na cor preta, puro 100%, auto extingüível, 100% sólido sem voláteis, aplicado por spray, monolítico, sem juntas, impermeável, moldado à parte interna da carroceria do veículo, inclusive laterais e fundo (em forma de bacia e sem aba), com dureza Shore D entre 83 e 93, segundo a norma ASTM A-2240, resistente a abrasão com perda de massa máxima de vinte gramas segundo a norma ASTM D-4060, que proporcione redução de ruídos e vibrações e não gere energia estática, atóxico, que permita limpeza pesada com jato de alta pressão e utilização de hipoclorito de sódio à 3% de concentração. Revestimento com espessura mínima de cinco milímetros. Com drenos para escoamento de líquidos.

2.3.7. Capota ou lona do tipo marítima para cobertura completa da caçamba, com estrutura em alumínio, inclusive os suportes transversais. Fixada por meio de baguetes de encaixe ou fivelas, não podendo ser perfurada a carroceria do veículo para sua colocação. Quando da utilização da caçamba, deve permitir ser totalmente enrolada e presa com fitas de velcro.

Itajaí, 25 de maio de 2026.

Assinado de forma digital por
JOÃO PAULO
KOWALSKY:03572164907
Dados: 2026.05.27 18:13:43 -03'00'

JOÃO PAULO KOWALSKY

Secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação



Documento assinado digitalmente

ANDREIA DALLA COSTA BERNARDI
Data: 27/05/2026 16:55:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ANDRÉIA DALLA COSTA BERNARDI

Técnica em Atividades Administrativas

Matrícula 156601